

RELATO DE UMA PESQUISA EM TERAPIA OCUPACIONAL SOBRE MOBILIDADE URBANA: UM ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Research report in Occupational Therapy on urban mobility: a theoretical-methodological approach from dialectic historical materialism

Informe de una investigación en Terapia Ocupacional sobre la movilidad urbana: una aproximación teórico-metodológica desde el materialismo histórico-dialéctico

Gonçalves, M.V. & Malfitano, A.P.S. (2022). Relato de uma pesquisa em Terapia Ocupacional sobre mobilidade urbana: um enfoque teórico-metodológico a partir do materialismo histórico-dialético. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 6(4), 1405-1415. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto49117

Monica Villaça Gonçalves 

<https://orcid.org/0000-0002-8090-9884>

Universidade Federal do Espírito Santo
Departamento de Terapia Ocupacional
Vitória, ES, Brasil.

Ana Paula Serrata Malfitano 

<https://orcid.org/0000-0002-0502-3194>

Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional
Departamento de Terapia Ocupacional
São Carlos, SP, Brasil.

Resumo

Objetivo: Apresentar reflexões sobre a consecução de uma pesquisa com a temática da mobilidade urbana cotidiana, realizada a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético em terapia ocupacional social. **Síntese dos elementos do estudo:** Contextualiza-se a pesquisa e seus referenciais teóricos, sua metodologia de construção e análise dos dados. Finaliza-se refletindo sobre o processo da pesquisa, suas implicações e o materialismo-histórico na terapia ocupacional social. **Conclusão:** O destaque à abordagem dialética materialista-histórica em pesquisas pode contribuir para o fortalecimento do arcabouço teórico da terapia ocupacional, informando práticas profissionais técnicas, éticas e políticas, para que ofereça respostas efetivas às demandas contemporâneas.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional Social. Materialismo-histórico. Direito à Cidade. Mobilidade Urbana Cotidiana. Pesquisa.

Abstract

Objective: To present reflections achieved in research about everyday urban mobility carried out from the theoretical-methodological background of historical-dialectical materialism, emphasizing social occupational therapy. **Synthesis of the study's elements:** The research and its theoretical references, its methodology of construction and data analysis are contextualized. It ends by reflecting on the research process, its implications and historical materialism in social occupational therapy. **Conclusion:** The dialectical historical materialism in research contributes to consolidate the theoretical framework of occupational therapy, informing technical, ethical, and political professional practices, so that it can effectively respond to contemporary demands.

Keywords: Social Occupational Therapy. Historical Materialism. Right to the City. Daily Urban Mobility. Research.

Resumen

Objetivo: Presentar reflexiones sobre la realización de una investigación sobre el tema de la movilidad urbana cotidiana realizada a partir de los presupuestos teórico-metodológicos del materialismo histórico-dialéctico en terapia ocupacional social. **Síntesis de los elementos del estudio:** Se contextualiza la investigación y sus referentes teóricos, su metodología de construcción y análisis de datos. Finaliza reflexionando sobre el proceso de investigación, sus implicaciones e histórico-materialismo en la terapia ocupacional social. **Conclusión:** Enfatizar el enfoque dialéctico materialista-histórico en la investigación puede contribuir a fortalecer el marco teórico de la terapia ocupacional, informando prácticas profesionales técnicas, éticas y políticas, para que ofrezca respuestas efectivas a las demandas contemporâneas.

Palabras clave: Terapia Social Ocupacional. Materialismo Histórico. Derecho a la Ciudad. Movilidad Urbana Diaria. Investigación.

1. Introdução

Este ensaio tem como objetivo apresentar reflexões sobre a consecução de uma pesquisa com a temática da mobilidade urbana cotidiana, realizada a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, com ênfase na terapia ocupacional social. Para tal, é apresentado o percurso de uma pesquisa de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (PPGTO/UFSCar), intitulada "A mobilidade urbana de jovens em projetos sociais do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e suas relações com a terapia ocupacional social".

O texto se inicia com uma contextualização da pesquisa e apresentação dos referenciais teóricos nela utilizados, em especial, aqueles de vertente materialista-histórica, que subsidiaram a pesquisadora na construção do tema, da pergunta de pesquisa e de seu percurso. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada na produção e na análise dos dados, finalizando com as reflexões acerca do processo da pesquisa, suas implicações e alguns apontamentos acerca do materialismo-histórico na terapia ocupacional social.

2. Contextualizando: A pesquisa e seus referenciais teóricos

A elaboração do tema da pesquisa, considerando suas justificativas pessoais, sociais e acadêmicas, nasceu da trajetória pessoal e profissional da pesquisadora, construída na cidade do Rio de Janeiro, e sua incursão no território de favelas, através de projetos de extensão universitária desenvolvidos como prática docente. Desta vivência, ao observar o trânsito de jovens moradores do Complexo do Alemão pela cidade do Rio de Janeiro, somando-se às vivências pessoais pela cidade ao longo de dez anos, elegeu-se a pergunta norteadora do estudo: "Como é o cotidiano de um jovem morador do Complexo do Alemão, RJ, no que se refere à sua mobilidade por diferentes territórios da cidade?".

Diante desta pergunta, foi preciso compreender a cidade e como as pessoas nela vivem seus cotidianos, lançando mão, para tanto, dos aportes sobre o conceito de "Direito à Cidade". Henri Lefebvre (2001), filósofo francês que introduziu este conceito em seu livro de 1969; juntamente com David Harvey (2012), geógrafo britânico influenciado pelos estudos de Lefebvre; basearam a pesquisa acerca de uma leitura materialista histórica sobre a cidade, a exploração e os acessos e não acessos ao direito de habitação do espaço urbano. Para ambos autores, em uma perspectiva marxistas, a cidade e os processos de urbanização são produtos históricos das relações entre os seres humanos e fundamentais para a existência do capitalismo, sendo, portanto, a cidade transformada em uma mercadoria para usufruto de quem puder comprá-la.

Lefebvre (2001) faz uma recapitulação da história das cidades, desde as pólis gregas, passando pelas medievais, até chegar às atuais, apresentando, principalmente, a sua posicionalidade: localizada na

Europa ao final da década de 1960. A cidade era o local de participação na vida social e comunitária, no entanto, com a consolidação da cultura do consumo e dos processos de industrialização advindos dela, permeada, principalmente, pela lógica capitalista, o espaço citadino mudou e passou a ser um local de consumo de bens e de lugares.

Harvey, em sua análise mais contemporânea, afirma que, com as políticas neoliberais, o direito à cidade está cada vez mais determinado através de interesses privados das elites dominantes, “confinado, restrito, na maioria dos casos, à elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto” (Harvey, 2012, p. 87).

Assim, a argumentação dos autores é que, para a efetivação do Direito à Cidade, é preciso mudá-la, o que só é possível a partir de uma transformação da sociedade capitalista, ou seja, por meio de uma superação/revolução do modo de produção, uma vez que leva à segregação social e de classe, o que destrói as cidades e ameaça a vida urbana (Lefebvre, 2001; Harvey 2012). Afirmam que a luta pelo Direito à Cidade é uma luta das classes operárias contra o controle do capital:

A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais (Harvey, 2012, p. 88).

Entende-se, então, que o Direito à Cidade inclui o direito à sua apropriação e, a partir daí, à participação, fomentando “locais de encontros e de trocas, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitam o uso pleno e inteiros desses momentos e locais” (Lefebvre, 2001, p. 139). Trata-se do “direito à vida urbana transformada” (Lefebvre, 2001, p. 118).

Complementando esse entendimento sobre os processos constituintes da cidade e seus territórios, em uma aproximação com o contexto em que se realizou esta pesquisa, ou seja, a realidade brasileira, mais especificamente as favelas cariocas, adicionou-se as reflexões do geógrafo brasileiro Milton Santos. Santos (2007) afirma que o local de moradia e o lugar social ocupado pelo sujeito são intrínsecos à ordem capitalista. Como consequência, a pobreza direciona onde o sujeito vai morar e o local onde mora se relaciona com a possibilidade de acesso aos direitos sociais e de mudanças em suas condições de vida. As cidades são construídas de forma a segregar as classes sociais e distanciá-las, física e simbolicamente, cada vez mais dos bens sociais disponíveis a alguns e não a outros. O capital, em suas múltiplas dimensões, mas, principalmente, o capital financeiro, fica acumulado em determinadas áreas da cidade (na maior parte das vezes, as centrais), que recebem melhor infraestrutura, enquanto as áreas periféricas, com pouco acesso aos bens sociais, ficam reservadas aos pobres. Portanto, o que se tem é a materialização das assimetrias de poder no uso do território da cidade. Milton Santos cunha o conceito de território usado, os quais “são os objetos e ações, sinônimos de espaço humano e espaço habitado”

(Santos, 1998, p. 16). Ele defende o uso do "território usado" como uma categoria de análise social, pois é o uso do território, e não a sua forma, que deve ser o objeto da análise nas ciências sociais.

Contudo, o uso do território é desigual, sendo que as desigualdades socioterritoriais são obstáculos para que parte dos sujeitos individuais e coletivos possa participar plenamente da cidade, uma vez que se trata de uma relação que é, ainda, controlada pelo mercado capitalista neoliberal. Para Milton Santos, além da distância geográfica, a distância política e a falta de acesso à informação são fatores importantes ao se discutir o acesso da população pobre aos seus direitos. Para ele, esse público tem "menos meios efetivos para atingir as fontes e os agentes do poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado" (Santos, 2007, p. 91). Ele afirma que o local de moradia é um fator preponderante para a efetivação da cidadania.

A partir dessa leitura, entende-se que a dimensão territorial é imprescindível para o entendimento do cotidiano das pessoas e grupos. Milton Santos (1996) arrola que "o cotidiano tem como dimensão essencial no mundo de hoje a dimensão espacial. A dimensão espacial é a dimensão talvez central do cotidiano no mundo de hoje" (p. 11). Para ele, existem três dimensões humanas que ajudam o estudo do cotidiano a partir de uma perspectiva espacial. A primeira é a corporeidade, que ele afirma ser uma dimensão objetiva, a qual inclui a forma como o sujeito se apresenta e concebe sua educação, riqueza, capacidade de mobilidade, localidade e lugaridade. A segunda dimensão é a individualidade, que é subjetiva, pois inclui a consciência de mundo, do lugar, de si, do outro e do coletivo do sujeito. E a terceira dimensão, que nomeou de socialidade, é a relação entre indivíduos e o fenômeno do viver e estar juntos. Ele afirma que esta dimensão inclui o espaço e é incluída por ele (Santos, 1996).

Resumindo, para o autor, o cotidiano é a relação entre corporeidade, individualidade, socialidade e espacialidade, influenciando a cidadania. Para Seabra (2005), a partir da leitura baseada em Milton Santos, a vida cotidiana é "uma experiência de espaço e tempo na modernidade" (p.189).

No Brasil, País de história colonial e escravagista, a constituição das cidades traz marcas que apontam para como as dinâmicas socioeconômicas determinaram os processos de urbanização dos territórios. Para Maricato (2014), processos como a especulação imobiliária e financeirização do solo urbano, controlados pelo capital e operacionalizados com ajuda de um Estado neoliberal, levam a processos de desigualdades nas possibilidades de usar e acessar a cidade, sendo o capital e as políticas públicas urbanas pensadas para favorecer as áreas "centrais", enquanto as áreas periféricas e com menos proveito dos bens sociais são destinadas à população que, desde os tempos coloniais, são apartadas de seus direitos: a população pobre e as minorias étnicas. Processo de gentrificação são comuns e exemplos do processo de fortalecimento das desigualdades sociais e das hierarquias de poder advindas da sociedade capitalista, que impactam a vida cotidiana de diferentes sujeitos e coletivos, violando direitos básicos, como a mobilidade pelas cidades, que exacerbam questões como pobreza, desemprego, falta de acesso às atividades e serviços de educação, saúde, cultura e lazer (Barbosa, 2016). Os impasses e

contradições do processo de urbanização configuram um modo de vida da cotidianidade moderna, que “se explicita pelas formas de uso do tempo nos lugares demarcados e estipulados no movimento da propriedade” (Seabra, 2005, p.183).

Aplicando-se tais reflexões à terapia ocupacional, compreende-se, embasadas por uma leitura crítica das práticas profissionais, que o cotidiano é o seu *locus* de atuação (Malfitano, 2016). Tal conceito já vem se incorporando aos pressupostos da profissão desde a década de 1990 (Galheigo, 2020), sendo que o conceito de cotidiano engloba o contexto social, histórico, econômico e cultural e as formas de inserção e participação coletiva dos sujeitos e grupos com os quais o terapeuta ocupacional realiza suas intervenções (Galheigo, 2020). Assim, o cotidiano é um conceito operacional, pois permite uma análise crítica do real. O estudo do cotidiano permite analisar o vivido e trazer à tona as possibilidades de transformação inseridas nele.

Portanto, para a realização da pesquisa em tela, considerando os referenciais apresentados, focou-se na elaboração do conceito de mobilidade urbana cotidiana e sua aplicabilidade nos estudos e na prática da terapia ocupacional, sobretudo na terapia ocupacional social, uma vez que a mobilidade é essencial para a consolidação do Direito à Cidade. O conceito, então, refere-se a uma noção que supera a ideia de deslocamento físico, ou seja, avança para uma prática social marcada pela classe social ocupada pelos sujeitos individuais e coletivos em suas vidas, implicada por significados, impactos e representações dos deslocamentos e movimentos cotidianos pelo espaço urbano, considerando suas causas e consequências. Trata-se de considerar as transformações sociais relacionadas ao movimento, sendo imprescindível para a participação social e efetivação da sua cidadania (Gonçalves & Malfitano, 2021).

3. Apresentando: A metodologia de construção e de análise da pesquisa

Partindo do objetivo geral de conhecer e discutir a mobilidade urbana cotidiana de jovens moradores do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, a proposta e o embasamento teórico do presente estudo se fundamentaram na compreensão de que a mobilidade urbana cotidiana não se restringe aos deslocamentos que os sujeitos fazem em seu cotidiano, mas se refere, também, às relações estabelecidas para que eles ocorram, os cerceamentos sociais estabelecidos, as estratégias criadas para enfrentá-las, contemplando seus significados e sentidos, tanto no nível individual quanto coletivo.

Segundo Galheigo (2020), para estudar o cotidiano, as metodologias mais adequadas são as qualitativas, uma vez que se busca entender as relações complexas, heterogêneas e cheias de significados entre sujeito-coletivo-sociedade, considerando o seu contexto social, cultural, histórico e econômico. A pesquisa qualitativa responde a questões particulares das ciências sociais, uma vez que trabalha com “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2010, p.21).

Nesta perspectiva, utilizou-se de atividades (artísticas, estéticas e culturais) como formas de se aproximar das narrativas sobre as histórias de vida dos participantes, buscando compreender sua mobilidade urbana. As atividades são recursos “tradicionais” de trabalho na terapia ocupacional e foram repensadas pelas terapeutas ocupacionais que trabalharam na fundamentação teórico-metodológica da subárea da terapia ocupacional social, entre outras reflexões sobre o tema. A terapia ocupacional social propõe um “descentramento do conceito de atividade como processo unicamente individual para inseri-lo na história e na cultura” (Barros et al., 2002, p. 100).

Sob tal perspectiva, as atividades são um dos eixos organizadores das intervenções na área social, sendo utilizadas como recursos mediadores “do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos, individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação” (Lopes et al., 2011, p. 282). Especificamente, voltadas para o público juvenil, experiências relatadas em publicações da área indicam que as atividades facilitam a aproximação e a vinculação, sendo um ponto de partida para uma relação mais próxima com os sujeitos e com possibilidade de diálogos mais contextualizados em seus cotidianos (Lopes et al., 2011, 2014).

Para aproximação, compreensão e apreensão de tais cotidianos, o uso de atividades nos auxilia a entender a experiência subjetiva de cada indivíduo. Neste sentido, vamos ao encontro de Galheigo (2009), que destaca a atividade como uma manifestação cultural, uma práxis social e política, em que, a partir deste entendimento, existe “a possibilidade de ele [o terapeuta ocupacional] passar a olhar as atividades como narrativas humanas” (Galheigo, 2009, p. 10). Portanto, ela nos ajudam a entender as experiências de cada sujeito em sua realidade.

A produção de dados para a pesquisa se desenvolveu entre agosto e dezembro de 2018, junto a projetos de extensão que se iniciaram em 2015; ou seja, ao início do trabalho de campo, a pesquisadora já acumulava três anos de construção de uma relação com aquele território. Essa informação é relevante na medida em que esclarece a inserção e posição da pesquisadora no campo da pesquisa, assim como a sua relação com os sujeitos envolvidos nela. Como afirma Frigotto (2000), entende-se que não se começou a pesquisa com um conhecimento nulo a respeito do tema, pois “partimos de condições já dadas, existentes e de uma prática anterior nossa e de outros, que gerou a necessidade da pesquisa, do problematizar-se” (p.84). Já tendo conhecimento prévio daquela realidade, adotou-se uma abordagem dialética materialista-histórica, que, segundo esse autor, mais do que um método de apreensão da realidade, é também uma postura (referente a nossa concepção de mundo) e uma práxis (já que busca uma unidade entre teoria e prática para a efetivação de uma transformação). Adotar essa postura significa que se entende que uma realidade a ser estudada deve ser situada dentro de um contexto histórico, econômico e social e, por isso, é permeada por contradições, conflitos e transformações.

Esse olhar para o contexto histórico-social, pressuposto do materialismo histórico, está nas bases da fundamentação teórico-metodológica da terapia ocupacional social (Lopes, 2016). Nas ações da subárea,

o foco não é mais voltado “apenas” para sujeitos no âmbito individual, mas sim para as relações que estabelecem e a coletividade a que pertencem. Busca-se uma atuação condizente com a história e a cultura em que os sujeitos individuais e coletivos estão inseridos, entendendo, então, o seu cotidiano como o *locus* da ação e as atividades como um processo coletivo construído sociocultural e historicamente (Barros et al., 2002).

Destarte, a leitura dos procedimentos metodológicos se alinha aos fundamentos da subárea da terapia ocupacional social, campo de atuação em que a pesquisadora desenvolve suas ações. Além disso, é a partir da perspectiva materialista-histórica na terapia ocupacional social que foram escolhidos os temas para análise, buscando apreender a relação daqueles jovens com a sua mobilidade urbana cotidiana. Nesta linha, procurou-se identificar e refletir sobre as contradições e dialéticas das suas narrativas dentro de cada um dos temas elencados para o debate, diante do contexto histórico-social do território da pesquisa, fortemente marcado pela espoliação urbana.

A abordagem materialista histórica acerca da mobilidade urbana cotidiana dos jovens do Complexo do Alemão requer ir além da compreensão deles como sujeitos individuais, enfatizando a necessidade de se pensar nas questões coletivas desse grupo populacional, especialmente na sua posição social (Barreiro et al., 2020). Sendo uma pesquisa que se desenvolveu articulada a um projeto de extensão universitária, ou seja, espaço de prática profissional utilizado para o ensino, a proposta seria que os dados produzidos pudessem qualificar a atenção ofertada para a busca da garantia de direitos sociais dos jovens da favela, o que se conecta com a mobilidade urbana cotidiana.

Os resultados encontrados apontaram que os jovens pobres, moradores de favelas (neste caso, do Complexo do Alemão, RJ), têm sua mobilidade urbana cotidiana cerceada. Os relatos dos jovens, produzidos por meio das atividades e narrativas orais, enfatizaram a restrição da mobilidade urbana causada, principalmente, pelos seguintes fatores: local de moradia, medo, questões de gênero e orientação sexual, e, ainda, a intersecção entre tais fatores.

Diante da realidade brasileira, tem-se que morar na favela está diretamente ligada à classe social, causando uma distinção do acesso aos direitos sociais e políticos, como pontua Milton Santos (2007). A cidade e seu uso são regidos pelo capital, sendo as classes dominantes as detentoras dos meios que garantem ou não o acesso ao seu direito, mantendo a segregação e a ordem na sociedade capitalista. Cabe ressaltar que o Estado neoliberal, através de políticas urbanas que não só possibilitam, como também favorecem a especulação imobiliária, corrobora com esse processo.

Pela leitura dialética materialista-histórica, concluiu-se que a dimensão econômica, materializada na situação de pobreza dos jovens moradores do Complexo do Alemão, acarreta a restrição da sua mobilidade urbana, personificando a não efetivação do Direito à Cidade (Léfèbvre, 2001; Harvey, 2012), sendo que, ainda, o estigma social acerca do local de moradia e os marcadores de gênero se interseccionam à classe social de forma a definir o cerceamento à mobilidade cidadina.

Portanto, o uso do território e quais territórios podem ser usados por um indivíduo ou grupo se relacionam com o capital, direcionando a "liberdade de escolha" e de participação na cidade (Santos, 1998). Ou seja, entender a mobilidade urbana dos jovens moradores de favela possibilitou conhecer quais eram os territórios efetivamente usados por eles e aqueles que não tinham liberdade de escolher e/ou utilizar, por diversos motivos, mas, essencialmente, pelo fato de serem moradores de favela. Logo, compreendeu-se a restrição da mobilidade urbana dos jovens e, conseqüentemente, de seu direito à cidade como uma característica que compõe a pobreza vivenciada por aquela população.

Com base nos achados e na reflexão fundamentada na abordagem dialética materialista-histórica, considerando a realidade brasileira - uma sociedade capitalista cujas políticas neoliberais se apresentam cada vez mais como "soluções" aos problemas sociais -, propõe-se que a mobilidade urbana cotidiana possa ser utilizada como um subsídio para a prática profissional em terapia ocupacional em diferentes esferas, a saber: (a) objetivo da prática, (b) instrumento avaliativo, (c) recurso da intervenção; e (d) na proposição de políticas públicas (Gonçalves, Malfitano, 2021). Especificamente, a terapia ocupacional social oferta tecnologias sociais, tais como as oficinas de atividades, o acompanhamento singular territorial, a articulação de recursos no campo social e a dinamização da rede de atenção (Lopes et al., 2014), que são meios para se desenvolver ações com a mobilidade urbana cotidiana, possibilitando a aplicação deste conceitos como um objetivo, um recurso, um meio de avaliação sobre o cotidiano e/ou um aspecto a ser considerado no trabalho micro e macrosocial com as políticas sociais.

5. Refletindo: O processo da pesquisa, suas implicações e o materialismo-histórico na terapia ocupacional

Diante do referencial materialista-histórico adotado na construção do estudo, considera-se importante assinalar os limites presentes, sendo que se compreende que o conhecimento produzido na tese, por abordar um fenômeno social, tem caráter relativo, parcial e provisório, o que não exclui a sua importância para o entendimento daquela realidade. Buscamos romper com as ideologias dominantes de pensamento para apresentar as contradições da vida real (Frigotto, 2000). "No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico social" (Frigotto, 2000, p.81).

As ações da pesquisa, em consonância com os projetos de extensão realizados naquele território, tiveram continuidade após a conclusão do estudo. O compromisso ético-político da universidade com aspectos relacionados à cidadania e emancipação dos sujeitos e das coletividades é aspecto fundamental das ações na universidade brasileira. Tais pressupostos perpassam, na nossa compreensão, a consciência crítica acerca do sujeito contemporâneo e suas condições reais de produção material da vida, como fruto de uma construção histórica e política. As narrativas contemporâneas, portanto, tendem a ser refletidas em referência ao contexto social e histórico. Busca-se a consciência sobre tais processos, no

direcionamento de ações profissionais que enveredem seus esforços para a emancipação e a transformação social.

A terapia ocupacional atua com populações em situação de vulnerabilidades diversas, que têm seus direitos violados e sua participação social limitada por diferentes fatores e em diferentes contextos (seja pelas condições econômicas, a institucionalização e os estigmas; seja por questões ligadas à saúde, como os transtornos mentais, as deficiências físicas ou as limitações impostas pela idade e gênero, por exemplo). Em uma sociedade capitalista, marcada por diferentes desigualdades econômicas e sociais, na qual classes dominantes exercem o poder de forma a oprimir e alienar a classe trabalhadora, lutar pelo enfrentamento dessa dominação e buscar a liberdade, a participação, a emancipação e a garantia dos direitos humanos e sociais de diferentes indivíduos e grupos passam a ser fundamentos da prática terapêutica-ocupacional para os profissionais que analisam criticamente a profissão diante do contexto em que se inserem (Lopes & Malfitano, 2016).

A terapia ocupacional social foi fundamentada a partir desta perspectiva, sustentando suas ações em uma leitura crítica dos problemas sociais contemporâneos, negando a individualização de suas explicações, por meio de uma compreensão e abordagem dos macroprocessos em que a vida e o cotidiano de sujeitos e coletivos ocorrem (Lopes & Malfitano, 2016). Os pressupostos materialistas-históricos estiveram na composição dos referenciais dessa subárea, cujo foco não é mais voltado apenas para sujeitos no âmbito individual, mas sim na dialética indivíduo-coletivo e nas relações a que pertencem (Barreiro et al 2020). O desenvolvimento das suas ações tem como objetivo buscar a “emancipação e autonomia dos sujeitos que têm impedimentos e/ou dificuldades socioeconômicas para o acesso aos seus direitos sociais” (Malfitano, 2016, p. 123).

Através dessa abordagem da pesquisa, entende-se que a compreensão das particularidades sobre o território e o cotidiano dos jovens da favela foi essencial para que, tanto a produção de dados para o estudo quanto as ações de extensão, fossem realizadas de forma contextualizada e, uma vez que se insere em campo de prática em terapia ocupacional social, que pudesse favorecer reflexões condizentes com a realidade e possíveis de se desdobrar em ações efetivamente produtoras de resultados para os seus moradores.

Conclui-se, então, considerando a experiência de pesquisa desenvolvida pelo referencial da terapia ocupacional social com uma base materialista-histórica, que a dimensão política do trabalho do terapeuta ocupacional se faz necessária. As ações profissionais devem articular os níveis micro e macrosocial, sendo expressas tanto com as intervenções no cotidiano das pessoas como pela inserção no planejamento, implementação e controle de políticas sociais.

Embora a abordagem dialética materialista-histórica não seja inédita na literatura da terapia ocupacional, como ressaltam Barreiro, Borba e Malfitano (2020), em especial na terapia ocupacional social, permanece tecendo contribuições indispensáveis às contradições e inequidades vivenciadas na

contemporaneidade. Particularmente no campo da pesquisa, sua fundamentação metodológica contribui para o fortalecimento do arcabouço teórico da profissão, caracterizando-se como essencial para uma construção crítica sobre a atuação técnica, ética e política em terapia ocupacional, na busca por respostas às demandas concretas contemporâneas que se apresentam na sociedade, bem como para a sua consolidação como campo produtor de conhecimento para diálogos disciplinares e interdisciplinares.

Referências

- Barbosa, J. L. (2016). O significado da mobilidade na construção democrática da cidade. In R. Balbim, C. Krause, & C. C. Linke (Eds.), *Cidade e Movimento. Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano* (pp. 43–56). Ipea: ITPD.
http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_cidade_movimento.pdf
- Barreiro, R. G., Borba, P. L. de O., & Malfitano, A. P. S. (2020). Revisitando o materialismo histórico em terapia ocupacional: o papel técnico, ético e político na contemporaneidade. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(4). <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1950>
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G., & Lopes, R. E. (2002). Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional Da Universidade de São Paulo*, 13(3), 95–103. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i3p95-103>
- Frigotto, G. (2000). O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In I. Fazenda (Ed.), *Metodologia da pesquisa educacional* (6a ed., pp. 69–90). Cortez.
- Galheigo, S. M. (2009). Narrativas contemporâneas: significado, diversidade e contexto. *Revista de Terapia Ocupacional Da Universidade de São Paulo*, 20(1), 8–12.
<http://www.revistas.usp.br/rto/article/viewFile/14050/15868>
- Galheigo, S. M. (2020). Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 5–25. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2590>
- Gonçalves, M. V., & Malfitano, A. P. S. (2021). O conceito de mobilidade urbana: articulando ações em terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29(e2523), 1–13.
<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoarf1929>
- Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, 29, 73–89.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey_direito_a_cidade.pdf
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade* (5th ed.). Centauro.

Lopes, R. E. (2016). Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 29–48). EDUFSCar.

Lopes, R. E., Borba, P. L. O., Trajber, N. K. A., Silva, C. R., & Cuel, B. T. (2011). Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 15(36), 277–288. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832011000100021>

Lopes, R. E., & Malfitano, A. P. S. (2016). *Terapia Ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos*. EdUFSCar.

Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R., & Borba, P. L. O. (2014). Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar*, 22(3), 591–602. <https://doi.org/10.4322/cto.2014.081>

Malfitano, A. P. S. (2016). Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia Ocupacional Social - Desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 17–133). EDUFSCar.

Maricato, E. (2014). *O impasse da política urbana no Brasil*. Vozes.

Minayo, M. C. S. (2015). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (34a.). Vozes.

Santos, M. (1996). Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 21, 7–14. <https://drive.google.com/file/d/0B9n80IK7RFEIeGpTOW1idWF4ZTQ/view>

Santos, M. (1998). O retorno do território. In M. Santos, M. A. de Souza, & M. L. Silveira (Eds.), *Território: globalização e fragmentação* (4a ed., pp. 255–261). Hucitec.

Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão* (7a.). EdUSP.

Seabra, Odete Carvalho de Lima. (2005). Territórios do uso: cotidiano e modos de vida. *Cidades*, 1(2), 181–206. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12539/8030>

Contribuição dos autores: M.V.G. foi responsável pela pesquisa, concepção do artigo, formatação e revisão do texto; A.P.S.M. foi responsável pela orientação da pesquisa, elaboração do artigo e revisão do texto.

Recebido em: 01/02/2022

Aceito em: 13/06/2022

Publicado em: 30/11/2022

Editor: Alessandro Tomasi